CIDAC
Centro de Documentação
TL 4/93

Artigo de PAT Walsh

1. "As Tropas em exercício em Timor-Leste receberam instruções secretas que permitem a Tortura", Amnistia Internacional 20 julho 83

2. "Num manual militar de 82 páginas, capturado às forças indonésias pelo movimento de resistência em Timor-Leste, FRETILIN e independentemente autenticado pela Amnistia Internacional, instrui os soldados no sentido de vão fotografar prisioneiros nus e torturados com choques eléctricos. O manual está dividido em oito capítulos, sete dos quais com a indicação 'SECRETO', incluindo ainda um capítulo com processos de interrogatório. Indica que nenhuma testemunha local deverá presenciar caso a força seja usada, o que provocaria de imediato a antipatia do Povo", idem

3. "A trágica guerra de Timor-Leste resultou em mais mortos (100.000-250.000) do que qualquer outra guerra, excepcionando Kampuchea e possivelmente Afganistão", Center for Defense Information, Washington

4. "Reconhecimento da legitimidade de luta dos povos sob domínio colonial e estrangeiro, e o exercício do seu direito de auto-determinação e independência através de todos os meios à sua disposição", Princípio da Assembleia Geral da O.N.U.

citação que nos dá conta de algumas das reacções que o caso Timor-Leste, suscita a nível internacional; demonstra que além do desaparecimento de alguns da resistência timorense, após a sua detenção, também o facto de ser o mais violento e mais longo dos quarenta conflitos existentes no mundo em 1983, isto segundo o Center for Defense Information em Washington, juntamente com a nula reacção da Indonésia na ONU, o que deixará transparecer uma certa confiança da vitória na próxima votação, leva a que os governos e organizações simpatizantes de Timor-Leste tenham que este problema desaparece da Agenda Internacional e da Agenda da ONU o que será o reconhecimento efectivo da anexação pelas forças indonésias, mantendo no entanto os primeiros uma certa esperança de que as Nações Unidas permaneçam fiéis aos seus ideais e responsabilidades no tocante às garantias e liberdades fundamentais dos povos. Deste modo, será que o caso Timor-Leste funciona como um teste à capacidade de resposta da ONU, face a casos semelhantes?

→ ANTECEDENTES

A decisão de Portugal, após o golpe de Estado em 1974, de descolonizar os seus Territórios Ultramarinos, incluindo Timor-Leste, abre o caminho à auto-determinação política dos timorenses pela primeira vez em quatro séculos.

Emergiram na altura três partidos, FRETILIN, UDT e APODETI, os dois primeiros

favoráveis à independência em oposição à integração na Indonésia, que era advogada pela Apodeti. Quando em meados de 1975 os portugueses bruscamente abandonaram Timor, não só por problemas internos como também devido a pressão da própria Indonésia e uma vez que foi aqui sentida a "vitória" da FRETILIN sobre a UDT, a Indonésia achou por bem ser este o momento e o pretexto para avançar com a invasão militar em Dezembro de 1975. Aqui, nem a oposição da resistência encabeçada pela FRETILIN, nem as condenações de ONU se fizeram sentir sobre o exército ocupante; aliás a reacção dada pelas autoridades indonésias não deixa de ter o seu quê de curioso, pois depois de ter o povo de Timor-Leste exercido o seu direito de auto-determinação, quando em 1976 uma Assembleia de eleitos Timorenses pediu a integração na Indonésia como a 27ª província Indonésia. Argumento que nem a Administração Reagan nem o presente governo Australiano reconheceram como válido, bem como o próprio acto em si. As palavras de Bill Hayden, ministro australiano para os Assuntos Estrangeiros, aquando de sua visita a Jakarta em Abril deste ano, confirmam o que em cima foi dito, "Eu expressei a nossa profunda preocupação de que uma acção de auto-determinação internacionalmente supervisada, não tenha tido lugar em Timor-Leste"

→ A GUERRA CONTÍNUA / PERMANENTE

Os censos indonésios apontam para 555.000 ~~habitantes~~, a FRETILIN indica 670.000

~~Muitos~~ em 1975, Tais números vêm dar razão a que mais de 100.000 pessoas morreram em Timor-Leste desde a invasão; a este respeito a Igreja local crê que o número real de vítimas é muito mais elevado. Muitas das mortes resultam da fome, causada muitas vezes pelo desastre económico em que Timor-Leste se encontra mergulhado desde a invasão. A Cruz Vermelha Internacional refere a fome de 1978-79 como sendo "Tão má como no Biafra".

A Indonésia recebeu nos anos de 1978-81, 447 milhões de dólares em assistência militar dos Estados Unidos. Esta ajuda militar e as forças numerosas que ela implica, permitiram à Indonésia aniquilar a resistência Timorense completamente isolada, o que origina em 1979 uma diminuição da força da FRETILIN. Os ataques de guerrilha e combates insurreccionais continuam, até que em meados de 1981 a Indonésia desencadeia uma ofensiva - Operation Security - para eliminar a FRETILIN. Escolas e edifícios públicos foram arrasados, os trabalhos agrícolas suspensos. Isto ao mesmo tempo que durante vários meses cerca 50.000 Timorenses eram levados para a montanha pelas tropas indonésias afim de cercarem a FRETILIN como uma "sopa humana" e centenas de famílias civis e efectivos da resistência eram levados para a ilha de Atauro.

Esta operação foi largamente

condenada; o então chefe da Igreja Católica Timorense Dom. Martinho da Costa Lopes receou que tal provocasse uma nova onda de fome e numa atitude sem precedentes religiosos locais redigiram um impetuoso apelo à Igreja Internacional "para afirmar aberta e oficialmente a sua solidariedade com o povo de Timor-Leste" e não "permitir que perecamos abandonados".

Yakarta nega inicialmente que tal operação tenha tido lugar para mais tarde reconhecer o malogro da ofensiva e o maior distanciamento que causou entre o povo Timor e a Indonésia.

Em 1983 a Indonésia afirma que os combatentes da FRETILIN foram reduzidos para cerca de 100 guerrilheiros mal equipados; o Movimento de Resistência Timorense, afirma ter 6 800 guerrilheiros operando nas fronteiras Centro e Sul, para além de sua base na zona oriental de Los Palos. Fontes bem informadas da Igreja local afirmaram em Abril deste ano que a FRETILIN está organizada em 10 unidades com 120 guerrilheiros cada, e 4 unidades equipadas com armamento moderno, adquirido através de canais indonésios. Isto representa uma constatação fiel de que a Indonésia continua a menosprezar grandemente a capacidade de FRETILIN, e é para crer que mantenha um número de homens considerável, que conduza ofensivas

semelhantes à Operation Security, que diminue o acesso de estrangeiros e que continue a tentar destruir a base de apoio da FRETILIN, através do envio de famílias para a ilha prisão de Ataúro, se de facto considerarem a FRETILIN como virtualmente não existente. Mais dúvidas surgiram sobre as pretensões da Indonésia, quando em Março deste ano os leaders da Resistência e o Comando Militar Indonésio se encontraram em conversações que resultaram, segundo a Indonésia, na concessão de uma Amnistia caso a FRETILIN se rendesse, acordam ainda com o movimento de Resistência timorense, um cessar fogo tanto que teria como base a relutância das tropas indonésias locais em continuar a lutar. Ilustrando-nos um pouco do conteúdo das conversações, o facto é que elas ocorreram, comprovando assim a existência da FRETILIN e o desafio que continue a fazer às forças invasoras. Para mais o aviso público em Agosto de 1983 do General Benny Murdani, chefe das forças armadas indonésias, de que a Indonésia iria lançar uma ofensiva em larga escala contra a FRETILIN, caso este não se rendesse, está em contradição com as afirmações indonésias, de que a FRETILIN é uma força afogada, aniquilada.

O conjunto de documentos militares indonésios capturados pela FRETILIN em Dezembro de 1983, e já referido no início do artigo, demonstra que o próprio exército

indonésio, está consciente da reorganização das forças da FRETILIN desde 1979 e de extensa rede de apoio que conseguiu criar entre o povo das cidades e das aldeias, sob controle indonésio.

Daqui se conclui que a FRETILIN continua a ser um desafio à hegemonia indonésia em Timor-Leste, e goza, efectivamente, de um largo apoio das populações

→ ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Desde de 1980 que as autoridades indonésias diversificaram as suas estratégias em Timor-Leste.

As contínuas ofensivas militares foram acompanhadas por um leque de acções de desenvolvimento, com o objectivo de integrar consolidado, e adquirir tanto o apoio internacional como os corações e as mentes do povo de TIMOR-LESTE.

Os gastos em 1982/83 atingiram 83 milhões de dolares, o que corresponde a um aumento de 53% sobre o ano anterior, e mais de 3,6 milhões de dolares do que em 1976/77.

Visitantes estrangeiros seleccionados foram autorizados a fazer curtas visitas, idênticas às levadas a cabo por membros do Congresso dos U.S. e mais recentemente pelo Parlamento Australiano, a fim de observar as consequentes alterações materiais. Muito no fim das visitas "louvaram" a Indonésia; mas tem havido pouca ~~nenhuma~~ informação no que respeita a atitudes timorenses a reacção e consequências do que tem sido feito.

Particular ênfase tem sido posto na "indonesiação" dos jovens através da formação de escolas. 366 escolas fornecem a educação básica a cerca de 82.000 crianças timorenses, em língua indonésia, cultura, história e ideologia do estado de Pancasila, demonstrando tal como uma visitante americana expressou que "a responsabilidade básica é maior para a próxima geração do que para a actual".

Cerca de 200 kms de estradas fechadas foram construídas permitindo uma maior acesso aos ricos distritos de plantação de café, a oeste de Dili, facilitando assim o acesso militar e controle à zona Oriental, onde a resistência é mais forte - constituindo contudo um benefício marginal para as tribos timorenses.

Visitantes de Timor-Leste, que inspeccionam a rotação de helicópteros, invariavelmente notam o contraste existente entre o novo projecto de habitações com telhado de zinco perfeitamente distinto da cabana tradicional cabana de folha timorense.

250 aldeias de repovoação (aldeias artificiais) foram construídas para abrigar "a maioria das pessoas que viviam no no interior ou nas arredores das montanhas", para citar uma retórica recente do Departamento Australiano para os Assuntos Estrangeiros. Construídas alinhadamente ao longo ou perto de uma estrada, estas aldeias de repovoação têm origem e fins militares. São uma versão indonésia

da estratégia de programas de insurreição
aldeia estratégica pelos ingleses em
Malaya e pelos E.U. no Vietname. cujo
fundamental propósito era o de isolar a
Resistência pela remoção de pessoas que
constituem a sua base de apoio em
áreas onde o comando é mais
facilmente exercido. Tradicionalmente os
Timorenses viviam em grupos dispersos
de famílias extensas, e fechados por
afinidades espirituais como a Terra, com
quem estão, desde há séculos, envolvidos
numa relação económica muito forte e
equilibrada. A concentração das pessoas
em centros de reforço distantes das
suas terras, representa uma ruptura
da sociedade Timorense. Análogo à
experiência dos ~~Timorenses~~ Aborígenes
Australianos, o isolação psicológica e
cultural nos Timorenses foi adiada.

O reforçamento da ilha de Ataúro
com cerca de 4.700 pessoas vindas
dos distritos a Oriente em Timor-Leste
exemplifica bem o tipo de política
utilizada na sua forma mais alta. O
relatório preparado pelo departamento
Australiano para os Assuntos Estrangeiros,
em Setembro de 1982, observa que
"Ataúro é uma parte integrante da
estratégia utilizada pelas autoridades
indonésias numa tentativa de 'limpar'
de província o que resta da FRETILIN,
isto é, remover a possível base de
apoio da FRETILIN. Qualquer família
que tenha uma parente "nas montanhas"
é enviada para Ataúro"

A acumulação é feita em barracas

de telhado de zinco, muito quentes e cujas divisões interiores são feitas por "cortinas" de plástico preto. Estes detidos dependem inteiramente da Cruz Vermelha para a obtenção de alimentos. Mário Carrascalão, o governador timorense de Timor-Leste, disse aos jornalistas em Março de 1983, que quando concordou com a utilização de Atauro para fins militares não pensou que isso fosse contra os objectivos "humanitários" porque "isso deixa uma marca em todos os que passam por lá incluindo as crianças".

700 pessoas foram recentemente levadas de Atauro, não para as suas aldeias no Grilhão, mas sim para uma área perto de Ilhéus, no Ocidente cuja língua eles não falam e onde, segundo se diz, não há nada para eles. O movimento total de pessoas, um traço distintivo da Administração de Timor-Leste, estende-se também ao reflorestamento em Timor de tudo isto. Timor-Leste foi oficialmente designado como um centro de transmigração. 100 fazendeiros de Bali, foram colocados lado a lado com timorenses numa projecto de plantação de arroz, perto de Ilhéus. Mais 500 "quintas modelo" têm sido procuradas em Medan, Bali e Sulawesi.

→ CARESTIA/FALTA DE ALIMENTOS

Apesar das iniciativas agrícolas de Indonésia, os alimentos continuam a ser um problema maior em Timor-Leste.

Apesar de presentemente não existir uma fome generalizada e algumas áreas estarem suficientemente fornecidas a situação geral está longe de ser segura.

A escassez persiste em muitas áreas e muitas famílias dependem da distribuição feita por "agências". "Sem esta distribuição" conclui o relatório do Departamento Sanitário para os Assuntos Estrangeiros "muitas pessoas, sem dúvida numerosas, sofreriam". O relatório acrescenta que devido a ser o trigo o cereal distribuído por excelência, a distribuição "não evita a má nutrição ... e não significa que as pessoas ingiram a quantidade ideal de alimentos". O legado da negligência portuguesa e desiquilíbrios climatéricos são em parte responsáveis por esta crise de alimentos. Contudo, é ponto de acordo entre os líderes que a escassez permanente é um fenómeno novo, consequência de invasão (mortalidade masculina, destruição de habitações, etc), actividades militares contínuas (envolvendo o recrutamento das trabalhadoras), restrições contínuas, exaustão e medidas administrativas - particularmente a política de transferência em massa de pessoas para fora das suas terras.

Uma situação análoga existe no tocante à saúde. Os mais graves problemas de saúde, são causados pela má nutrição, gastroenterites e problemas dermatológicos, malária e

e infecção no sistema respiratório incluindo a TB. Iniciativas governamentais, para treinar pessoal médico ocorreu, mas as facilidades no campo de saúde são raras e os medicamentos em quantidades reduzidas.

→ Atitudes dos Timorenses

A antipatia dos timorenses pela Indonésia cresce profundamente. Ainda no tempo dos portugueses um grupo de Timorenses (Trabalhadores) numa estrada ficaram cobertos por uma nuvem de pó, aquando da passagem de um veículo. "Não fez mal" disse o cabeça, em ar de consolação, "quando os indonésios vierem eles alcatroarão as estradas". Ao que um velho timorense respondeu desafiadoramente "Mesmo que eles pavimentem as estradas com ouro, nós nunca aceitaremos as leis da Indonésia". Esta pequena história e o caminho seguido pelo partido pró-indonésio, APODETI, em 1975, demonstra isto.

A invasão e o período repressivo que se lhe seguiu endureceram a antipatia, transformando-a em profundo ressentimento e deixando ao mesmo tempo uma profunda cicatriz na mente dos Timorenses.

O jornalista Martyn Bates, da Nova Zelândia, que visitou Timor Leste em Março deste ano, concluiu que a maioria dos Timorenses em Timor-Leste estavam empenhados na guerrilha

"guerra fria" como os seuhores indonésios. Ele e jornalistas portugueses que fizeram a visita simultaneamente, ficam impressionados pela pesada atmosfera de medo que reinava em Timor. "A maioria das pessoas tem medo... a maioria permanece em silêncio", disse a Bates o então cabeça de Igreja católica de Timor-Leste, Mons. Lopes, que esta situação tenha acontecido depreende-se de um triste catálogo de excessos contidos numa carta escrita a 13 de Maio de 1983 e dirigida ao Papa por um grupo de padres timorenses. O povo de Timor, disseram ao Papa, sofre "violência física e moral; prisões arbitrárias; a transferências de famílias e aldeias inteiras; execuções de todos os que se rendem; execuções sem julgamento ou após julgamentos sumários; os desaparecimentos e a destruição de famílias; a execução de grupos inteiros de indivíduos capturados; fome e doenças por todo o Timor-Leste".

O afastamento timorense reflete-se também nos largos números de indivíduos que pretenderam deixar Timor Leste em direcção a Portugal, Taiwan e Austrália, onde alguns têm familia evacuada durante a guerra civil de 1975. A Indonésia tem-se mostrado tão relutante em deixar sair pessoas como em permitir a entrada de visitantes e o relativamente pequeno número dos que puderam sair passaram por longas esperas e tiveram de pagar pesadas subornos. Cerca de 800 timorenses

agora em Portugal, alguns dos quais têm vivido em campos de refugiados desde 1976, anseiam por voltar à Austrália mas são impedidos nos seus esforços porque não são oficialmente reconhecidos como refugiados.

Os TIMORENSES sentem fortemente a sua própria INDONÉSIA. Estruturas administrativas de fachada formadas por TIMORENSES, foi criada. Representantes TIMORENSES têm assento no Parlamento Indonésio; TIMORENSES votaram nas últimas eleições gerais; existe um governo civil TIMORENSE. O poder real, contudo, reside no exército INDONÉSIO e as oportunidades para participação e auto-determinação nas esferas cultural, económica e política não existem genuinamente. "Nós somos apenas mensageiros", lamentava-se um TIMORENSE em Agosto último. "Dizem-nos para nos preparar-nos para todo o ofício, para nos juntar-nos e dançar na chegada de um visitante estrangeiro, preparar uma festa, procurar "Toak" para bebidas, ou carne... apenas mensageiros indo para todo o lado para fazer o que o Exército manda".

A experiência do domínio INDONÉSIO, contudo, teve uma influência dinamizadora na Igreja local, transformando-a numa verdadeira Igreja Popular. Mais de 50% dos TIMORENSES afirmam-se católicos, comparado com os 30% que havia antes da invasão INDONÉSIA. "A Igreja sofreu no seu próprio corpo a tragédia que teve lugar em TIMOR-LESTE", para citar as palavras de alguns padres TIMORENSES utilizadas numa

carta recente, e esta experiência levou-a a classificar, cada vez mais a situação em termos de direitos humanos e de justiça. "Construir a justiça como resposta à opressão" é o lema básico da declaração redigida por padres timorenses em 1981. De acordo com esta mudança na perceção das suas responsabilidades, membros da Igreja acentuam a dimensão de solidariedade internacional com a sua luta pela justiça para além de ajuda direta. A política de defesa dos direitos humanos seguida por Mons. Lopes granjeou-lhe respeito universal e a sua demissão resignada do cargo de Administrador Apostólico em Maio de 1983, depois de enormes pressões feitas pelo governo indonésio, foi acolhida com consternação tanto pelo clero como pelo povo de Timor-Leste. O seu jovem sucessor, Fr. Carlos Filipe Belo, tem uma enorme responsabilidade, muitos já sinais de que responderá primeiramente às necessidades e aspirações do seu povo.

As Nações Unidas e a Auto-Determinação

O debate internacional nas N.U. sobre a auto-determinação para Timor-Leste tornou-se tremendamente desesperado em 1983.

As posições podem classificar-se em 4 grandes categorias. Um enorme grupo evita simplesmente a questão. No que respeita aos governos tal implica a abstenção nas votações das resoluções anuais

da ONU favoráveis à auto-determinação de Timor-Leste, deixando fora a resolução da questão a este nível, fase os governos que nele se comprometeram quer de uma maneira quer de outra. 50 países, incluindo a Grã-Bretanha, a Bélgica, o Sri Lanka e a França abstiveram-se na última sessão da ONU, em Novembro de 1982.

A segunda categoria abrange todos os países que afirmam não ter havido em Timor-Leste nenhuma tentativa que genuinamente se possa classificar como de auto-determinação, mas que, por motivos políticos, não atribuem ao princípio qualquer valor absoluto e dão prioridade absoluta à consideração do seu próprio interesse e à manutenção de boas relações com o regime de Suharto. Os E.U.A. são o defensor mais proeminente desta posição. A administração Reagan na Indonésia, embaixador John Holdridge, informou numa audiência do Congresso, em Setembro de 1982, por exemplo, que a política dos E.U. era a de "aceitar a incorporação de Timor-Leste na Indonésia não reconhecendo que alguma manifestação válida de auto-determinação tinha tido lugar. Ele continuou salientando que os E.U. tinham "outros factores importantes" a ter em consideração nas suas relações com a Indonésia incluindo a importância estratégica que o país ocupa no Sudeste Asiático e no seu futuro como produtor petrolífero e parceiro

contra a auto-determinação, o que passado nas N.U.

Apesar da política do Partido Indonésio ser a de aplicar incondicionalmente a auto-determinação de Timor-Leste, o novo governo australiano ainda não declarou como vai votar nas N.U. este ano. Contudo, já há fortes dúvidas de que fundamentalmente aplica a posição das E.U., apesar da opinião interna do partido e da opinião pública poder em último caso levá-lo a, no mínimo, abster-se nas votações.

A 3ª categoria compreende a própria Indonésia que afirma que em 1976, teve lugar em Timor Leste um autêntico acto de auto-determinação alegando que a invasão perpetrada em 1975 foi efectuada a pedido dos Timorenses para tornar mais fácil esse acto de auto-determinação e afirma também que a participação de Timorenses nas eleições gerais indonésias de 1982 demonstrou o apoio popular a essa decisão. Nenhum destes argumentos se acorda com o relatório, agora bem documentado. A morte de mais de 100.000 Timorenses e a vasta e prolongada resistência à intervenção militar indonésia não podem nunca estar de acordo com a pretensão de um exercício militar aplicado pela população. As próprias pretensões - de 100% dos Timorenses recenseados votarem no GOLKAR (Partido de Suharto) nas eleições de 1982 - revelam a validade

testes eleições como manifestação democrática, conduzida como foi, por militares na ausência total de uma representação alargada de observadores estrangeiros.

A última categoria é a dos defensores do auto-determinação. 50 países aplicam o auto-determinação face Timor-Leste na Assembleia Geral das N.U., o caso cessado, sucedendo-se Portugal, as suas ex-colónias africanas e os países recém independentes como a Zimbabwe e Namíbia. Portugal que cortou relações diplomáticas com a Indonésia desde a invasão de 1975, é ainda considerado pela ONU como a autoridade administrante Timor-Leste e está obrigada pela sua reformulada constituição "a promover e salvaguardar" o direito à auto-determinação e independência de seu antigo colónia. Este foi ver, contudo, se o novo governo português de Mário Soares continuará a política iniciada pelos governos conservadores que o antecederam e ocupe a liderança internacional que foi necessária à face este questão.

Duas considerações básicas estão subjacentes ao princípio de auto-determinação. O 1º é o princípio de que o direito e a estirpe de Timor-Leste à auto-determinação não é negociável e deve ser afirmado. Este direito é fundamental para o desenvolvimento humano e não pode considerar-se que o povo de Timor-Leste já não tenha gozar dele quer devido à passagem do tempo, o fato de presença indonésia ou as mudanças

materiais de situação.

Em 2º lugar, a invasão indonésia de Timor-Leste infringe a Carta da ONU e o direito internacional. Aceitar o que aconteceu seria, em termos gerais, subverter a autoridade da ONU e o respeito pelas leis internacionais. Perdoar este particular demonstrado de força seria o mesmo ~~assassinato, roubo~~ que permitir à Indonésia, utilizando o mesmo argumento, anexar imediatamente a Nova Guiné-Papua ou o Estado de Bornéu Ocidental (que como Timor-Leste, também está dentro de sua esfera geográfica e tem algumas afinidades culturais, históricas e raciais com esta ou aquela étnia indonésia). Se considerarmos que descobertas ofereceu algum perigo real ao invejoso.

Portugueses da auto-determinação baseiam a sua opinião na abertura que deve ser feita à história que, argumentam, não deve ser exercida por decisões políticas precipitadas. A questão deve ficando ser mantida na agenda das Nações Unidas e os países que se abstiveram devem reconsiderar a sua posição e dar o seu apoio a Timor-Leste. A manutenção da questão na agenda da ONU permitiria que fosse desenvolvida actividade diplomática internacional no que diz respeito a um verdadeiro caso de auto-determinação. Permitiria também uma vigilância e pressão internacional que é tão importante para assegurar o bem estar do povo de Timor-Leste.

Não ajudar as Nações Unidas dará ajuda efectiva à estratégia

Sudoreise contra TIRANIA, e na
ausência de acesso normalizado,
explode a mais excessos (abusos).

Este artigo foi especialmente escrito
para o Boletim de APHD, por Pat Walsh.